

Saúde do Trabalhador e a Lei da Terceirização

*EDITORIAL**

Seguindo sua lógica inexorável, o capital se reinventa continuamente para acumular mais, explorar mais, desafiar mais os direitos trabalhistas e cada vez mais oprimir o trabalhador, fazendo-o refém de sua gana insaciável. Ou seja, na relação capital-trabalho, o capital se reinventa e o trabalho se desinventa. Assim é com a terceirização que a nova Lei 13.429, de 31/03/2017, sacramenta. O fenômeno da terceirização ganhou corpo nas últimas quatro décadas no mundo globalizado. Originalmente, o termo inglês *outsourcing* - aquisição de suprimentos (fornecimento vindo de fora) - buscava uma estratégia de competitividade no mercado para aumentar a produtividade e a qualidade do produto final. Tinha embutido um conceito de parceria (*partnership*) com o próprio mercado e com os trabalhadores. Mas, a sanha acumulativa mostrou que a estratégia da terceirização se constituía em redução de custos de mão de obra e de encargos trabalhistas, propiciando ao capital um novo formato de acumulação de curto prazo, com uma tranquila desresponsabilização empresarial de caráter técnico, jurídico, operacional e ético. O vale-tudo da revolução industrial, quando ainda não havia direitos trabalhistas, voltava timidamente a povoar o sonho interrompido dos gananciosos. Embora isoladamente, a terceirização não seja o problema maior da precarização do trabalho, da exploração do trabalhador e única causa de perda da saúde, ela impõe uma competição predatória no mercado e, dentro das corporações, demissão de quadros qualificados, sobrecarga dos remanescentes e alta intensidade de ameaça de cortes de atividades. No que a terceirização é imbatível, e essa parece ser sua maior virtude para o capital, é triturar a capacidade de representação sindical dos trabalhadores na arena do conflito capital-trabalho. Com a pulverização dos sindicatos, pouco a pouco sua capacidade de luta vai sendo esvaziada, até chegar à míngua. Essa é a senha oculta. Há muitos anos já estamos observando esse fenômeno em vários setores (público, bancário, saúde, educação, telecomunicação, indústrias etc.) e, agora, a Lei da Terceirização oficializa a prática. Inclusive, a nova Lei regulamenta a "quarteirização" (terceirização da terceirização), com permissão de subcontratação de outras empresas pelas empresas terceirizadas, não só para atender

Nesta edição

Editorial – Saúde do trabalhador e a Lei da Terceirização	1
Entrevista – Tarcísio Magalhães Pinheiro	2–5
Artigo do mês – Ana Paula da Silveira Cordeiro	6–7
Perfil Sindical – Sindicato dos Metalúrgicos – 100 anos...	8
Trabalhadores Anônimos – Filipe Siqueira	9
Informes	10

às suas próprias atividades, como também às atividades de sua contratação original como terceira. Os próximos passos já estão sendo dados. A chamada “pejotização” (transformar o prestador de serviço individual em pessoa jurídica, como sendo uma empresa) e o crescimento exponencial dos MEI - Microempreendedores Individuais (hoje, no Brasil, 5 milhões) - prenunciam um capitalismo sem luta de classe, sem conflito capital-trabalho, sem direitos trabalhistas. É possível afirmar que a perspectiva é de maior desemprego, em que a competitividade do mercado será transferida ao nível individual, com repercussões na vida social nem de perto dimensionadas. Nesse cenário, onde se situa a saúde do trabalhador? Se, com a regra trabalhista aplicada às empresas com maior capacidade de investimento, a situação já é caótica, com a pulverização em terceiras, quartas, quintas, “pejotistas” e MEIs, o Estado deverá se eximir de vez da saúde do trabalhador, reservando-se a recolher os mortos e receber os feridos do mundo do trabalho nos serviços de saúde. As consequências sobre a saúde do trabalhador se darão pelas seguintes situações: desproteção dos trabalhadores informalizados (desregulamentação); desmobilização dos trabalhadores organizados (ameaça de desemprego); desresponsabilização empresarial (transferência de riscos); e ausência de interlocução para garantir direitos (pulverização sindical). Com a nova Lei da Terceirização, vislumbra-se uma aceleração da contratação, a custos menores, de mão-de-obra com baixa qualificação e escasso treinamento para operar processos de trabalho complexos, que envolvam riscos de acidentes industriais e ambientais ampliados. Tudo indica que não é só a saúde do trabalhador que está em risco, mas a população brasileira como um todo. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador

Tarcísio Magalhães Pinheiro



Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro é médico, formado em 1980 na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. É especialista em Medicina Preventiva e Social e em Medicina do Trabalho. Atualmente é professor titular do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG. Fez o doutorado em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Campinas em 1996, sob a orientação do Professor René Mendes. Sua tese intitulada “*A Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde: A Vigilância do Conflito e o Conflito da Vigilância*” é uma das principais referências sobre vigilância no campo da saúde do trabalhador. Tarcísio também coordena o Serviço Especial de Saúde do Trabalhador do Hospital das Clínicas/UFMG e o Observatório de Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte. A vasta experiência na atenção primária, vigilância em saúde do trabalhador, trabalho rural, agrotóxicos e saúde ambiental coloca Tarcísio na vanguarda da defesa da saúde do trabalhador no Brasil.

FIS - Tarcísio, fale-nos sobre sua entrada e trajetória na área de saúde do trabalhador (ST).

Tarcísio - Acredito que a mesma tenha muito a ver com as minhas próprias origens de classe social em Minas Gerais. Sou neto de funcionário público municipal e pequeno-médio produtor rural, filho de professor universitário e professora da rede pública de ensino do primeiro grau, e penso que meus caminhos e minha identidade foram sendo impregnados e construídos a partir da vivência e pela ótica do trabalhador. As dores e os prazeres do trabalho rural e do trabalho docente deixaram em mim marcas inesquecíveis e profundas desde a infância. Meu apreço especial pelo trabalho/trabalhador rural certamente vem daqui. A minha entrada na medicina da UFMG, na década de 1970, sofreu grande influência de filmes da época que criticavam a abordagem do sofrimento mental e de seus tratamentos (p.ex. *Um estranho no ninho*, *O diário de uma esquizofrênica*). No final do curso médico participei como estagiário de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social chamada “*Modo de Produção e Saúde*” que me marcou muito e já enquanto estudante comecei a ter acesso a autores como Asa Cristina Laurell e Jaime Breilh. O trabalho na sua relação com a saúde começava a ganhar visibilidade, impactos, determinantes, posicionamentos, conflitos, injustiças, resistências e perspectivas. Transitei, pois, da psiquiatria para a medicina social. O passo seguinte foi o ingresso na Residência de Medicina Preventiva e

Saúde do Trabalhador sem vigilância é quase Saúde do Trabalhador, vigilância sem trabalhador é quase vigilância, e vigilância sem transformação social é quase vigilância.

Social do Hospital das Clínicas/UFMG, em 1980. Nossa turma de residência teve o privilégio de ter a coordenação visionária e militante do sanitarista e professor Francisco Eduardo Campos. Tivemos aulas e cursos com professores notáveis, dentre outros, posso citar Sergio Arouca, Maria Cecília Donângelo, Ricardo Bruno Gonçalves, Hésio Cordeiro, Joaquim Cardoso de Melo, Cristina Possas, Jairnilson Paim, Madel Terezinha Luz e Anamaria Tambellini. Que time eh? Neste grande campo da Saúde Coletiva foi ganhando centralidade para mim a área da Saúde do Trabalhador. Não tinha como não se apaixonar e engajar. Como pano de fundo, vivíamos um momento histórico singular com a Reforma Sanitária Brasileira, a emersão dos novos movimentos sociais e sindicais, o CEBES [Centro Brasileiro de Estudos de Saúde], a ABRASCO [Associação Brasileira de Saúde Coletiva], a luta pela redemocratização do país e a esperança de dias melhores. Em 1982 ingressei como professor no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina/UFMG, na disciplina Internato Rural. As questões relativas ao adoecimento e o trabalho faziam parte do nosso ensino e da nossa atuação sanitária. O direcionamento para a ST ganhou mais um aporte com minha inserção no corpo clínico do recém-criado Ambulatório de Doenças Profissionais (ADP) do HC/UFMG. Nesse íterim terminei o mestrado, em 1986, cuja dissertação versou sobre a intoxicação por agrotóxicos em trabalhadores rurais.

Tarcísio Magalhães Pinheiro

Ao conhecer mais a fundo o processo de trabalho rural, os seus determinantes e as consequências do uso de agrotóxicos para a saúde dos trabalhadores, da população e do ambiente firmei posição de forte apoio à agroecologia. Em 1987 houve uma mudança curricular importante na Faculdade de Medicina da UFMG (FM/UFMG) que me permitiu entrar definitivamente na área de ST: foi a efetivação de uma disciplina obrigatória sobre Saúde do Trabalhador, de 75 horas/aula, no 9º período. Então, neste momento passei a dedicar-me integralmente à ST dando aulas na graduação e atuando junto ao ADP. Desde 1989 passei também a pesquisar o tema da Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) e, em 1996, concluí o doutorado na Unicamp com a tese “*Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS): a vigilância do conflito e o conflito da vigilância*”. Este trabalho buscou mapear as origens, as características, as primeiras práticas brasileiras e os conflitos da Visat. O pano de fundo era constituído pelas conflituosas relações capital-trabalho-saúde-doença. Deste trabalho ficaram algumas reflexões “lúdicas”: ST sem vigilância é quase ST, vigilância sem trabalhador é quase vigilância, e vigilância sem transformação social é quase vigilância. Então, desde o meu início na área da ST venho militando exclusivamente na academia, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta minha trajetória na ST contou sempre com a partilha generosa de saberes e tempos inestimáveis de alguns companheiros : Elizabeth Costa Dias (UFMG), Heleno Corrêa Filho (UNICAMP), Andréa Maria Silveira (UFMG), Jandira Maciel da Silva (UFMG), Marco Antônio Rego (UFBA), Fátima Sueli Neto Ribeiro (UERJ), Jorge Mesquita Huet Machado (Fiocruz), Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (Fiocruz), Francisco Antônio de Castro Lacaz (UFSP), Raquel Maria Rigotto (UFCE), Wanderlei Antônio Pignati (UFMT), Mário Parreiras de Faria (SRT/MG) e René Mendes (UFMG). Nada teria sentido e nem seria possível sem o apoio, o suporte técnico e o conhecimento dos trabalhadores e sindicatos, e gostaria de fazer uma menção especial aos trabalhadores rurais e à figura batalhadora de Marta de Freitas (Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais).

FIS - De quais fatos relevantes você participou ao longo de sua trajetória na ST?

Tarcísio - É sempre bom lembrarmos que a ST no Brasil nasceu antes do SUS, nos sindicatos de

...deparamos com um cenário de extensão e intensificação das jornadas de trabalho, precarização das relações de trabalho, avanço da terceirização predatória, modalidades de trabalhos análogos ao escravo, num contexto de crise política dos estados, concentração do capital, ganância na privatização, desemprego estrutural, insegurança social e crise ambiental. Parece um tsunami social.

trabalhadores, em serviços públicos de saúde e nas academias. Todavia, parece-me que a criação do SUS e a incorporação e desenvolvimento da área de ST no SUS é um dos fatos mais importantes na história do Brasil e eu venho me esforçado para participar desta caminhada. Esta construção é diária, cheia de idas e voltas, extremamente trabalhosa e que, a despeito de todos os ataques e golpes que o SUS sofreu e vem sofrendo ao longo de sua história, vale a pena travar este “bom combate”. A estruturação da ST no setor saúde se constituiu numa grande conquista e inovação. Eu não consigo enxergar a ST sem o SUS e/ou o SUS sem a ST. Trata-se de um diferencial histórico, político, conceitual e metodológico. A universalidade, a equidade, a participação do trabalhador, o controle social, a integralidade, a interdisciplinaridade, a pluriintitucionalidade são premissas preciosas do ponto de vista dos trabalhadores. Entendo também que as práticas de vigilância (Visat) revolucionaram as perspectivas de acesso, de enfrentamento e de transformações de processos e ambientes de trabalho. A participação em conferências municipais, estaduais e nacionais de Saúde do Trabalhador tem também um significado especial na medida que amplia e democratiza o debate e a participação dos trabalhadores na construção de uma política pública para a área. Participei de relatorias, mesas e organização de texto de apoio de alguns destes eventos. Entretanto, sabemos também da enorme distância que se tem entre a aprovação de propostas nas conferências e suas reais implementações: o desafio mais do que nunca se faz presente. Em 1996 participei da criação do GESTRU (Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho), numa parceria da UFMG com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES/MG). O GESTRU executou diversos projetos interdisciplinares de investigação e de extensão, com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais de saúde, movimentos sociais/sindicais de

Tarcísio Magalhães Pinheiro

trabalhadores rurais e órgãos públicos. Sempre mereceram destaque os estudos sobre os efeitos nocivos à saúde causados pelos agrotóxicos. Merecem destaque também os estudos sobre o trabalho de migrantes nos canaviais paulistas e mineiros. Não posso deixar de mencionar minha participação na Abrasco, junto ao Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do Trabalhador. Já são muitos anos de militância que geraram encontros, seminários, congressos, simpósios, trabalhos, artigos sobre ST. Ainda como representante da Abrasco participei da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), no período de 2000 a 2004, em Brasília. Considero importantes também os trabalhos realizados junto ao Ministério da Saúde, com Fátima Sueli Neto Ribeiro e Jandira Maciel da Silva (e muitos outros colegas) sobre protocolos de Visat de processos e ambientes de trabalho. Foi um esforço de estudo e sistematização das práticas de Visat no Brasil visando construir instrumentos de registro das mesmas. A busca da vivência e do diálogo entre a ST e o Ambiente veio através do meu ingresso no Projeto Manuelzão/UFMG, a partir dos anos 2000, e também com os companheiros do GT Saúde e Ambiente da Abrasco. A questão dos agrotóxicos coloca com clareza esta necessária relação e suas potencialidades.

Uma outra experiência importante foi a habilitação do ADP/UFMG enquanto Cerest Estadual/MG em 2005. Foi uma forma bem orgânica de ter a universidade vinculada à ST/SUS. Tratou-se de uma rica experiência de integração à Renast, que permitiu o desenvolvimento de ações assistenciais, de vigilância, de pesquisa, de extensão, de formação/capacitação e de política de saúde. Ao mesmo tempo, tínhamos a oportunidade de participar ativamente da realidade estadual e por contiguidade da nacional. Por fim, gostaria de dizer que estamos levando em frente o projeto do Observatório de Saúde do Trabalhador (OSAT) de Belo Horizonte desde 2013. A FM/UFMG e a SMS/BH são as entidades responsáveis pelo OSAT/BH. Participam das atividades do OSAT/BH algumas outras instituições: Fundacentro e Superintendência Regional do Trabalho/MG, Diretoria Estadual de Saúde do Trabalhador/SES/MG, Universidade Federal de Viçosa, Psicologia do Trabalho/PUC/MG, Santa Casa de Minas Gerais, Fórum Intersindical e Popular de Saúde do Trabalhador e a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT/MG). O OSAT foi concebido como um observatório interinstitucional e público com os objetivos de subsidiar a tomada de decisões e ações no âmbito das instituições responsáveis pela Saúde do Trabalhador em Belo Horizonte, disponibilizar informações e análises de bases de dados, contribuir na formação dos profissionais da área, promover a participação e cooperação com movimentos sociais e sindicais. O OSAT reúne-se sistematicamente para discussões e planejamento de seus estudos, trabalhos e promoção de atividades de extensão. A criação e manutenção do site <http://www.medicina.ufmg.br/osat/> tem sido um importante instrumento para a divulgação da produção técnica e das atividades do OSAT/BH. Universidades, serviços de saúde, órgãos públicos, movimentos sociais e sindicais estão concebendo e executando o dia-a-dia do OSAT numa tentativa de gerar um observatório que venha a somar saberes técnico-científicos e operário-populares.

Há um fato recente e gravíssimo na ST que não se deve esquecer. Em 05/11/2016 ocorreu o maior desastre do trabalho e ambiental de Minas Gerais e do Brasil: o rompimento da Barragem do Fundão da Mineradora Samarco/Vale/BHBilliton, em Mariana. Penso que a ST no Brasil nunca mais deveria ser a mesma depois deste horror. Devastador: 14 trabalhadores da empresa (13 terceirizados) e 5 moradores do distrito de Bento Rodrigues perderam a vida naquele momento. Outros tantos milhares de trabalhadores e moradores de Mariana e dos territórios situados ao longo da Bacia do Rio Doce viram suas vidas serem atingidas, devastadas e aniquiladas. A destruição ambiental é incalculável, irreversível em algumas situações e sem uma reparação efetiva e justa. A lama que desceu rio abaixo até o Oceano Atlântico, por mais de 600 quilômetros, atingiu a tudo e a todos, inclusive a nós da ST de Minas Gerais e do Brasil. O relatório do Ministério do Trabalho apontou os determinantes históricos, econômicos e técnicos desta tragédia evitável e, portanto, não acidental - a típica “crônica de uma morte anunciada” -. Os setores policiais e jurídicos falam em crime. Não teria havido o enorme desastre ambiental se não tivesse ocorrido previamente o “acidente” do trabalho. Relação de causa e efeito inequívoca. Foram diversas idas ao local do rompimento da barragem, à comunidade de Bento Rodrigues, às reuniões com sindicatos, com o Ministério Público do Trabalho e com os serviços de saúde. Além disso houve o acolhimento no HC de alguns trabalhadores atingidos e a participação em simpósios, entrevistas, manifestações, caravanas, notas etc. A dor dos atingidos está longe de ter cessado.

FIS - Tarcísio, qual sua área de atuação, hoje, na ST?

Tarcísio - Atualmente, enquanto professor da FM/UFMG, estou vinculado a duas disciplinas no curso

Tarcísio Magalhães Pinheiro

médico: Saúde do Trabalhador (7º período) e Internato de Saúde Coletiva (11º período). Faço parte do corpo clínico e da coordenação do Serviço Especializado em Saúde do Trabalhador (SEST) e da preceptorial da Residência Médica em Medicina do Trabalho/HC/UFMG. Também sou professor e orientador no Programa de Pós-graduação em Promoção da Família e Prevenção da Violência da FM/UFMG. Continuo com as atividades no GESTRU/UFMG, no OSAT, no Projeto Manuelzão e no GT-ST/Abrasco. Com muita satisfação participo da CISTT/MG e do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador de Minas Gerais.

FIS - O que acha da relação da academia com os sindicatos na produção de conhecimentos em ST?

Tarcísio - Entendo que se trata de uma relação especial, histórica, política, teórica, metodológica e ao mesmo tempo necessária, fundamental e estratégica na perspectiva das classes trabalhadoras. A concepção, a produção e a apropriação do conhecimento e do saber operário “para si” são pilares históricos da ST internacional e brasileira. Chamar para si esta responsabilidade e seu protagonismo são marcas fundantes da ST. Por sua vez, atividades de ensino, de extensão e de pesquisa estão na natureza e nas origens das universidades e academias. Entendo também que desde os primórdios da ST, houve por parte desta, a busca para o estabelecimento de alianças programáticas e estratégicas com setores acadêmicos progressistas e identificados com as classes trabalhadoras. A história desta relação, no entanto, é marcada dialeticamente por proximidades e distanciamentos, alianças e rupturas, sendo permeada por conflitos e convergências de interesses e perspectivas. A existência de áreas de ST nas academias brasileiras tem facilitado este diálogo e a construção conjunta deste conhecimento. Trata-se de um processo transdisciplinar, inovador, em que se interagem os saberes populares e os saberes científicos gerando um outro tipo de saber, novo, qualitativamente diferente e valioso na sua capacidade avaliativa e de intervenção. É um pouco daquilo que Boaventura Santos formulou na sua “Ecologia do Saber”. Consigo identificar diversas academias trazendo contribuições para esta trajetória: UFBA, Unicamp, UFMG, UERJ, UFRJ, USP, UNESP, UFMT, UFCe, Fiocruz etc.

FIS – Tarcísio, como você vê a ST, hoje, no Brasil?

Tarcísio - O sentimento é de preocupação e apreensão, não só no Brasil mas internacionalmente. Vivemos um

momento complexo, acelerado, de incertezas, tenso e angustiante de profundas mudanças no mundo do trabalho, sobretudo para os trabalhadores. Este Boletim tem tratado e refletido sistematicamente este cenário. Apenas corroborando com diversas de suas matérias publicadas destaco algumas questões. Estas mudanças nos processos e na organização do trabalho tem gerado nos dizeres de Ricardo Antunes uma nova morfologia das classes trabalhadoras e do trabalho, e não o fim do trabalho ou o advento de uma sociedade pós-trabalho. Nunca o trabalho se apresentou tão central nas sociedades como hoje e tão “líquido” como nos instigantes escritos do saudoso sociólogo polonês Zygmunt Bauman. As inovações tecnológicas e os novos padrões de organização do trabalho não trouxeram bem-estar social universal, inclusão, solidariedade, justiça e o “utópico” tempo livre para o ócio. Ao contrário, deparamos com um cenário de extensão e intensificação das jornadas de trabalho, precarização das relações de trabalho, avanço da terceirização predatória, modalidades de trabalhos análogos ao escravo, num contexto de crise política dos estados, concentração do capital, ganância na privatização, desemprego estrutural, insegurança social e crise ambiental. Parece um tsunami social. Este cenário é global, sistêmico, mas que traz particularidades regionais. No Brasil de hoje temos um quadro epidemiológico da ST bastante complexo, pouco visível e conhecido, com doenças/acidentes medievais, grotescos e inaceitáveis combinados com quadros sofisticados, variados e graves de sofrimentos e adoecimentos psíquicos relacionados ao trabalho. A despeito da reconhecida subnotificação, as estatísticas disponibilizadas assemelham-se a dados de uma guerra [no trabalho]. Algo não vai bem. Por outro lado, temos um Estado em processo de desmonte de seus deveres constitucionais de propiciar saúde, trabalho, seguridade e ambiente saudável a seus cidadãos. Claro que nem tudo são trevas, mas esta visão reflete muito a conjuntura atual onde os reais avanços alcançados pela ST no Brasil se veem fortemente ameaçados por reformas impopulares, previdenciárias e trabalhistas, sem falar no ataque ao SUS. Paulo Freire dizia que “o mundo não é assim, está assim”, e isto é um alento. Não duvido da capacidade de resiliência das classes trabalhadoras de superarem suas fragmentações e num processo de fortalecimento superarem este cenário adverso. ■ ■ ■

[entrevista concedida à Coordenação - abril 2017]

UM PANORAMA SOBRE O SOFRIMENTO E AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA DE BANCÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

artigo do mês

Ana Paula da Silveira Cordeiro*

O serviço bancário vem atravessando, ao longo do tempo, intensos processos de reestruturação e ressignificação de seus processos de trabalho e da relação com os trabalhadores. Tais mudanças podem ser consideradas como frutos das alterações dos padrões de acumulação capitalista, refletidos nos processos de gestão econômica e do trabalho, assim como da evolução tecnológica, que confere ao setor uma posição de vanguarda nos processos de automação, determinantes de sua configuração na contemporaneidade. Se, no passado, as agências bancárias requisitavam uma grande quantidade de trabalhadores para execução das tarefas necessárias aos serviços de intermediação financeira, atualmente percebemos espaços enxutos, dotados de amplos recursos tecnológicos e uma reduzida, porém altamente flexível, força de trabalho, que presta não somente os serviços de intermediação de pagamentos e recebimentos, mas que comercializa uma ampla gama de produtos financeiros. Destacam-se nesses produtos o crédito, seguros e investimentos, consolidando a figura do bancário vendedor que se relaciona e assessora seus clientes na forma como conduzem suas finanças. Além disso, os bancos contam na atualidade com uma ampla gama de canais de autoatendimento, com destaque para o *internet banking* (atendimento pelo computador) e o *mobile banking* (atendimento via *smartphone*), que no ano de 2015 representavam, juntos, 54% de participação nas transações bancárias realizadas no Brasil (Delloite, s/d). Com isto, os trabalhadores que ingressam neste setor se deparam com uma realidade que contrasta com o imaginário até então mantido em torno do trabalho bancário, considerado por muitos sofisticado, com poucos esforços e altos salários. Quando nos referimos aos bancos públicos, existe, ainda, o imaginário em torno do “funcionário público”, dotado de estabilidade e de recursos que lhes garantam uma ótima qualidade de vida. Foi o que pudemos constatar através de estudo qualitativo, de caráter exploratório, realizado com 10 trabalhadores de um banco estatal de alta representatividade na sociedade brasileira, lotados em agências do município do Rio de Janeiro, admitidos a partir do ano 2000 (Cordeiro, 2016). Estes trabalhadores, seduzidos pelo sonho da aprovação em concurso público que lhes garantiriam, assim, a estabilidade, a independência financeira e o status de uma carreira no serviço público, após sua aprovação, e passado o encantamento inicial, depararam-se com uma dura realidade que gerou impactos importantes na saúde, evidenciando processos de sofrimento, mas também revelando seus mecanismos de resistência ao adoecimento, perante os imperativos organizacionais. Utilizamos uma abordagem

positiva do sofrimento, ou seja, como o mal-estar que conduz o sujeito às ações transformadoras. Das manifestações de sofrimento expressas por estes trabalhadores, a ansiedade diante das contradições do discurso organizacional configurou-se como a principal causa de desconforto, contradições presentes desde os primeiros dias na empresa, expressas também em seus meios e locais de trabalho. Um exemplo foi o treinamento inicial, realizado em ambiente diverso do real local de trabalho, não representando em nenhum aspecto a realidade das agências lotadas, com recursos escassos e clientes insatisfeitos. Segundo a maioria dos entrevistados, em nenhum momento houve referência direta às vendas, consideradas atualmente a principal atividade exercida nas agências bancárias e que permeia todo o processo de trabalho. Pudemos perceber que não houve, na maioria dos entrevistados, nenhum movimento inicial de reflexão acerca da atividade a ser exercida desde o momento da escolha do concurso público como meio de conquista de uma oportunidade de emprego, o que justifica as expressões de surpresa e de espanto perante as tarefas a exercer na organização bancária. Assim, tornou-se evidente a sensação de engano e desamparo perante o exercício de suas atividades. Um aspecto de relevo também se concentrou no exercício de relação com os clientes e as contradições inerentes ao discurso da organização bancária que afirma, por um lado, a importância de se atender às necessidades e expectativas do cliente, mas, ao mesmo tempo, exige do trabalhador que se atenha às expectativas da organização, onde a necessidade do cliente deve ser traduzida pela necessidade do banco. Não se trata apenas de atender ao cliente, ouvir seus desejos e expectativas, ofertando aquilo que poderia ser-lhe útil, mas sim conduzir seu desejo e sua atenção para aquilo que o banco quer lhe ofertar e que trará, assim, maior retorno financeiro para a empresa. O relacionamento requisita o engajamento subjetivo do trabalhador, porém este engajamento é utilizado pela organização bancária como meio de atendimento aos seus objetivos econômicos. Diante deste cenário, o sofrimento destes trabalhadores se revela nas manifestações somáticas (dores de estômago, membros, coluna, ganho de peso etc.), porém há uma consciência unânime acerca da saúde mental e dos problemas decorrentes dos conflitos psíquicos (ansiedade, angústia, sensação de impotência e desânimo, dentro e fora do trabalho). Entretanto, apesar de reconhecerem a presença dos sintomas, os bancários

entrevistados evitaram assumir uma identidade de trabalhador doente. Houve uma percepção coletiva de adoecimento, sobretudo da ordem mental, mas, ao mesmo tempo, cada trabalhador entrevistado não se considerou doente e realizou determinado esforço para proteger os colegas próximos que apresentavam indícios de adoecimento, revelando assim uma intensa contradição. Esta pode ser considerada como um processo de resistência, de caráter reativo, tendo como característica a contradição de sentimentos, a presença do conflito e do bem-estar, mecanismos defensivos e duplas interpretações, como afirmam Brant e Minayo-Gomez (2009), que nos serviram de aporte teórico para a realização da pesquisa. Este grupo revelou um movimento de resistência predominantemente reativo e individual, onde poucos demonstraram uma postura crítica voltada para a transformação da realidade vivida. Pelo contrário, cada um vem buscando, de maneira isolada, dar conta de seu próprio sofrimento, através de recursos como a confraternização com os amigos e família, as práticas religiosas, esportivas etc., utilizados como meio de relaxamento e esquecimento dos conflitos oriundos do trabalho. Estas medidas, apesar de terem o seu valor circunstancial, convertem-se apenas em meio de tamponar o sofrimento, impedindo a reflexão acerca de suas possíveis causas, os questionamentos acerca de si mesmo, principalmente o debate sobre a organização do trabalho, reproduzindo assim uma postura de vitimização e de culpabilização do banco, fortalecendo o sentimento de impotência e desamparo. Tal condição produz impactos importantes nos processos de organização coletiva para reivindicação de melhores condições de trabalho. Este processo tornou-se evidente quando questionados acerca das relações com o sindicato. Para a maioria dos entrevistados, o sindicato dos bancários é visto como uma instituição à parte, excessivamente político-partidária, que luta pela satisfação de seus próprios interesses e onde a greve é vista apenas como um ato de fachada, predominando dúvidas acerca dos interesses defendidos pela entidade: o dos bancários ou o dos banqueiros. Por sua vez, representantes do Sindicato dos Bancários e Financiários do Município do Rio de Janeiro (SEEB-RJ), entrevistados de modo complementar, revelaram a falta de adesão dos bancários, que aderem ao discurso organizacional até mesmo por ignorarem seus direitos

Para a maioria dos entrevistados, o sindicato dos bancários é visto como uma instituição à parte, excessivamente político-partidária, que luta pela satisfação de seus próprios interesses...

como trabalhadores, assim como o papel desempenhado pela entidade. Assim, instalou-se um círculo vicioso, onde os trabalhadores reclamam a ausência do sindicato e este reclama a ausência dos trabalhadores. Diante desse cenário, concluímos pela urgente necessidade da criação de dispositivos que possibilitem o acolhimento dos trabalhadores, para que possam manifestar e ressignificar o seu sofrimento e utilizar esta experiência como recurso para transformação da sua realidade, fortalecendo assim a visão crítica, o engajamento coletivo e processos de resistência como ação transformadora e não simplesmente a reação diante de um fato desagradável. Num outro ângulo, entendemos que a organização coletiva dos trabalhadores necessita repensar seu modo de luta e de ação levando em consideração este novo perfil de bancário, individualista e desconhecedor do papel e da própria história de lutas e conquistas que o sindicato dos bancários carrega consigo. Enquanto prevalecer a falta de debate e de comunicação entre os trabalhadores com seus representantes sindicais, maior campo de inserção encontrará a organização do trabalho, que ciente desta fragilidade, aprofunda-se a cada dia nos métodos de cooptação e exploração subjetiva dos trabalhadores, assumindo proporções que requisitam reações urgentes, porém contextualizadas e sincronizadas com os processos atuais de gestão do trabalho. É preciso a reflexão, o debate, mas principalmente as ações que permitam aos trabalhadores migrarem da postura meramente reativa e defensiva para uma postura ativa, transformadora, que imponha limites e que garanta, assim, a dignidade, a saúde e a vida que todo trabalhador traz como direito fundamental. ■ ■ ■

*Ana Paula da Silveira Cordeiro é bancária, psicóloga e mestre em saúde pública. Sua dissertação “Trabalhador bancário no século XXI: Sofrimento como potência de vida e resistência ao adoecimento” está disponível em <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/cordeiroapsm.pdf>

Referências Bibliográficas:

- BRANT, L.C.; MINAYO-GOMEZ, C. *Manifestação do sofrimento e resistência ao adoecimento no trabalho*. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.2, p.237-247, 2009
- CORDEIRO, A. P. S. *Trabalhador bancário no século XXI: Sofrimento como potência de vida e resistência ao adoecimento*. 125 f. Dissertação (Mestrado) –Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- DELOITTE. *Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2015*. s/d. 56p. Disponível em <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Relatorio%20-%20Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%C3%A1ria%202015.pdf>. Acesso em 09/03/2017

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são ‘para o bico’ dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

PERFIL
SINDICAL

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio de Janeiro



100 anos de luta

A reunião ordinária do Fórum Intersindical, no dia 28 de abril, será realizada no Sindicato dos Metalúrgicos (Sindimetal/RJ). Além de ser o dia mundial da lembrança das vítimas por acidentes de trabalho – a única guerra de extermínio do planeta que nunca cessa – o Sindimetal completa 100 anos de vida. É sempre bom lembrar que o Fórum Intersindical foi consequência da amizade e de lutas travadas de pesquisadores da Fiocruz com os companheiros metalúrgicos, entre os quais o Jorginho. Provocado por este, o hoje Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural, da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, iniciou um Curso de Formação Intersindical que, posteriormente, deu origem ao Fórum Intersindical. Foram muitos os/as camaradas daquela primeira jornada de 2012: Égeson, Raimunda Leone, Luizinho, Maurício Ramos, Jesus, João Miolo, Jonas, Willian, Gildásio, Jefferson, Alberto, Edson, Monteiro, Isa, Eunice, Zé Ivanildo, Roberto... Hoje, o Fórum Intersindical inspira outros companheiros de luta pela saúde do trabalhador no Brasil. É uma vitória, também, do Sindicato dos Metalúrgicos/RJ. Fica aqui registrada nossa homenagem a todos os aniversariantes. A seguir o texto que se encontra na página do Sindimetal/RJ.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi fundado em 1º de maio de 1917.

Ano de grandes greves e lutas dos trabalhadores por todo o país, um ano de grande simbolismo, o ano da Revolução Russa, o Ano Vermelho. Nascido como União Geral dos Metalúrgicos, reorganizado posteriormente em 1932 como entidade sindical, foi o primeiro sindicato operário metalúrgico criado no Brasil.

Dois meses após sua fundação, a entidade aderiu a um grande movimento grevista liderado pela Federação Operária. A paralisação envolvia grande parte do proletariado industrial do então distrito federal em luta pela jornada de oito horas de trabalho e aumento salarial, entre outras conquistas. Desde então, tem sido a voz e o aglutinador dos metalúrgicos na luta em defesa dos seus direitos enquanto trabalhadores e cidadãos. Tem sido uma trajetória pontilhada por lutas e conquistas em prol dos operários metalúrgicos, dos trabalhadores em geral e pelo desenvolvimento do país. Frutos dessa ação vieram a jornada de trabalho de oito horas diárias, as férias, a aposentadoria especial, o 13º salário, dentre tantas conquistas. Sua história é permeada por importantes batalhas na defesa dos direitos dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho, mas também pelo desenvolvimento econômico e social do país, como as campanhas O Petróleo É Nosso (anos 50) e as Diretas já (anos 80).

Ainda na década de 50, o trabalho desenvolvido no seio da categoria era bastante intenso, sustentado por diversas comissões de fábrica. Uma importante campanha empreendida foi a da construção do “Palácio dos Metalúrgicos”, custeada pela doação de um dia de trabalho dos trabalhadores.

A sede do sindicato, na Rua Ana Néri (São Cristóvão), é tombada pelo patrimônio histórico e foi local de eventos significativos para o país e a cidade. Foi palco, por exemplo, da famosa assembleia dos marinheiros, às vésperas do golpe militar de 64; mas também foi centro de recolhimento de doações para as vítimas da enchente que flagelou a cidade em 1966.

A sede foi palco de visitas de presidentes da república como JK, Jango e o próprio Lula, governadores de estado, ministros e personalidades, como o primeiro cosmonauta Yuri Gagarin.

Na década de 90, denunciou a onda neoliberal, que arrojou salários e sucateou o Estado, e enfrentando com força os ataques à classe trabalhadora. Também jogou importante papel na recuperação do setor naval fluminense, fundamental para a retomada do desenvolvimento regional e a geração de empregos.

Recentemente, o Sindicato esteve à frente da luta pela reativação da Construção Naval, grande geradora de empregos na categoria.

Com essa tradição de luta na defesa dos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos caminha para o seu centenário, firme e ousado, consciente do seu papel e buscando sempre a valorização do trabalhador e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a sociedade socialista. ■ ■ ■

Conheça a história da Saúde do Trabalhador no Brasil

Leia nossos Boletins do Fórum Intersindical

<http://www.multiplicadoresdevisat.com/boletins-de-0-ate-11nova-pagina>

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

Filipe Siqueira

- o som que ouvimos e o som que não vemos -

Nos eventos em que precisamos amplificar a nossa voz, existe alguém que prepara os equipamentos para que tudo ocorra bem. Mesmo sendo a “pessoa do som”, faz as coisas em silêncio e permanece invisível durante o evento. Filipe Marcos Alcântara de Siqueira vai se formar no curso de Técnico em Áudio em julho desse ano, tem 25 anos, é casado há 4 meses com Andressa e pai da Ana Júlia de 1 mês. Conta que nasceu em Petrópolis numa família de músicos. Ouve a mãe dizer que desde muito pequeno gostava de mexer em equipamentos de eletrônica. Observando esse interesse, a mãe sugeriu que ele fosse ser auxiliar do operador de som na igreja que frequentavam. Imediatamente ele topou e seu aprendizado perdurou por um período de 6 meses e terminou com o pedido de demissão do seu “mestre”. Nesse momento, ele assume a função como voluntário, sem receber qualquer remuneração ou ter um vínculo empregatício. Aos 15 anos inicia o curso de Técnico em Soldas, passando a trabalhar com som na Igreja apenas nos finais de semana e feriados. Já teve a sua carteira assinada, mas hoje atua como autônomo para empresas de som e não tem previsibilidade dos dias que trabalhará ou do quanto irá receber por mês. Relata que o trabalho com som não é reconhecido e tem uma carga alta de estresse, pois quando dá errado todos percebem e se dá certo ninguém vê: *“sou o primeiro a chegar para montar e testar o som e o último a sair, retirando os equipamentos”*. Com isso, perde muitas noites de sono em shows e eventos. Refere também riscos em sua rotina, choques elétricos constantes e o perigo de subir em estruturas para instalação de equipamentos. Ele nunca caiu, mas num acidente onde o palco desmoronou, no Réveillon de Cabo Frio em 2014, perdeu um grande amigo. Após o grave acidente procurou na mídia referências ao caso e nunca achou, *“parece que não aconteceu”*, fala. Com tristeza conta que a família do trabalhador morto nesse acidente não recebe nenhum apoio da empresa responsável pelo palco ou pensão da previdência social. Seus olhos refletem um misto de dor e indignação nessa hora. Mas ele sabe a importância



do seu trabalho e demonstra um grande orgulho e prazer na tarefa bem-feita. Assim Filipe nos falou: *“fazer um evento para 30 ou 300.000 pessoas é indiferente para mim, meu êxtase é ver que deu certo”*. Os participantes da Oficina de Araras agradecem ao Filipe. Seu trabalho feito com zelo e perfeição foi muito importante para o sucesso da oficina! Tem nossa admiração e carinho e nos fez brilhar, compartilhando o seu som e a sua luz...

■ ■ ■

A Oficina de Araras

A I Oficina Nacional de Multiplicadores de Visat [Vigilância em Saúde do Trabalhador] ocorreu em Araras-Petrópolis/RJ de 05 a 08/03/2017. Organizada pela coordenação do Projeto ENSP-006Fio-15 que, entre outras coisas, apresentou os resultados quantitativos do processo de formação no Brasil, contou com a participação de multiplicadores convidados de diversas regiões do país. Seu objetivo principal foi provocar a reflexão quanto à proposta metodológica de formação, apontando as principais dificuldades encontradas na implementação dos cursos básicos de formação em Visat, a adequação do material didático e pedagógico, a aplicação do Blog www.multiplicadoresdevisat.com como canal de comunicação e de apoio aos multiplicadores, o papel do multiplicador como formador de agentes públicos no SUS para a Visat, a articulação com os Cerest [Centro de Referência em Saúde do Trabalhador] para viabilizar os cursos básicos, as oportunidades de fortalecimento da Visat como uma prática interdisciplinar e intra/intersectorial e o papel da Renast [Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador], entre outros. Durante a oficina houve aulas expositivas dialogadas e dinâmicas de grupo que provocaram ricos e calorosos debates. O grupo refletiu sobre suas práticas docentes como multiplicadores, elencando as suas maiores dificuldades e elaborando propostas para o enfrentamento das mesmas. ■ ■ ■

INFORMES

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

A próxima reunião será no dia 28/04 - 6ª feira
- de 09 às 13:00h -, no SINDIMETAL

Essa reunião será uma ocasião especial pois nela ocorrerá a comemoração dos 100 anos do Sindicato dos Metalúrgicos



Fórum Intersindical Saúde, Trabalho e Direito – 100 anos do Sindicato dos Metalúrgicos RJ

Data: 28 de abril (sexta-feira)
Horário: 9h
Local: Sindicato dos Metalúrgicos
Rua Ana Neri, 152 - Benfica

Lembrança do 28 de abril - Dia Internacional dos Acidentados do Trabalho

100 anos do SINDIMETAL

4 de maio – 18h – Medalha do Mérito Pedro Ernesto / Câmara Municipal/RJ

06 de maio – 13h – Feijoada de Confraternização Sede do SINDIMETAL

25 de maio – 09h – Medalha Tiradentes Assembleia Legislativa/RJ

O Fórum é convidado!

ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto sobre saúde do trabalhador para a nossa seção **artigo do mês** entre no blog e veja como proceder:

www.multiplicadoresdevisat.com

CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre SAÚDE do TRABALHADOR.

Veja as instruções para o concurso em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

I Curso Intersindical em Arapiraca/Alagoas

Uma parceria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com o Fórum Intersindical Saúde-Trabalho-Direito do Rio de Janeiro

Saiba mais em:

https://media.wix.com/uq/d/15557d_11fe45

Reunião do Fórum Intersindical – 31/03/2017

Defesa de Mestrado de Ana Paula Bragança dos Santos:

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA COMUNIDADE AMPLIADA DE PARES:

O FÓRUM INTERSINDICAL DE FORMAÇÃO EM SAÚDE-TRABALHO-DIREITO PARA A AÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR



No destaque: ANA PAULA

IV Curso de Formação Intersindical

Tivemos aulas no dia 24/03 com os professores Jairo da Matta e Pedro Salles e no dia 07/04 com Maria Helena Oliveira, Amaury Pacciolo e Roberta Pedrinha.

O material das aulas está disponível no nosso Blog: www.multiplicadoresdevisat.com



Em memória ao Dia Mundial das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho e comemoração ao Dia do Trabalhador

2 de maio

Programação:

9h – Lançamento do Webcast

9h30 – Mesa-redonda: Os trabalhadores e as consequências das reformas trabalhistas e previdenciárias

Debate:
Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos – DIHS/ENSP
José Augusto Pina – Cesteh/ENSP

Mediação:
Renato Bonfatti – Cesteh/ENSP

11h30 – Inauguração da Alameda Rosa Amélia Alves de Araújo

Homenagem póstuma à trabalhadora Rosa Amélia Alves de Araújo
Fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea/RJ)

Local:
Salão Internacional
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP
Rua Lúcio Collares 1.480 – 4º andar – Mangueiras – RJ

Coordenação:

Ana Paula Bragança (Pesq. Colab. DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Jacqueline Wilhelm Caldas (mestranda ENSP/FIOCRUZ)

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito para a Ação em Saúde do Trabalhador
Av. Brasil, 4036 sala 905, Mangueiras - CEP: 21.040-361
Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223
forumintersindical@gmail.com